



Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na AGO da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 29/04/2013, a partir das 15:00 h.

Senhora Presidente, senhoras e senhores acionistas,

No exercício do direito de fiscalizar, sabidamente uma das prerrogativas essenciais do acionista, consoante o art. 109, III, da Lei 6.404/76, o acionista minoritário, AEPET – ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS – AEPET e outros que quiserem acompanhá-la - justificam nesta AGO o voto às matérias da Ordem do Dia. Com base no art. 130 daquela lei solicitam sua transcrição integral na Ata desta assembléia.

1. ESTRANGULAMENTO FINANCEIRO DA PETROBRÁS

Como acionista minoritário da Petrobrás, a AEPET vem protestar veementemente contra este estrangulamento financeiro que lhe vem sendo imposto pelo Governo Federal através do congelamento dos preços dos combustíveis e a obrigação de importar parte desses combustíveis para suprir o mercado em face do aumento do consumo acima das expectativas e do atraso na construção das refinarias. Não se pode fazer controle da inflação transferindo todo o ônus para a Petrobrás, que é uma sociedade anônima de economia mista e que tem responsabilidade com os seus acionistas minoritários. Portanto, o correto é que o Governo banque a diferença de preços da importação e da venda no País por um valor menor, como era feito com a conta-petróleo. Além disto, a Lei 9478/97 acabou com a exclusividade da Petrobrás no exercício do Monopólio da União no setor, abrindo o País para as empresas internacionais e nacionais em todo segmento, assim, por que as outras distribuidoras não foram instadas a fazer o mesmo sacrifício?

Se esta estratégia não for mudada poderemos ver criados problemas seriíssimos, para o País, tais como:

- 1) A Petrobrás não podendo concorrer por limitação de caixa;
- 2) A continuidade dos leilões, sob o argumento de impossibilidade de a Petrobrás produzir, inclusive nas áreas do pré-sal;
- 3) as empresas do cartel internacional, na ausência da Petrobrás, oferecendo percentual baixo do óleo/lucro para a União e ganhando o leilão com uma grande lucratividade em detrimento do povo brasileiro;

Em cima dessa situação esdrúxula, há uma campanha forte na mídia no sentido de demonstrar que a Petrobrás não pode ser operadora única do pré-sal e contra o contrato de partilha que retoma a propriedade do petróleo para a União. O Cartel internacional explicitou isto nos telegramas publicados pelo Wikileaks. Esta campanha tem o objetivo maior que é o fato de evitar que a Petrobrás seja operadora única, o que dificultará a ocorrência das duas maiores fontes de corrupção na produção mundial de petróleo: o cálculo superdimensionado do custo de produção (remunerado em petróleo) e a medição a menor do petróleo produzido.



2. AS AMEAÇAS EXTERNAS À PETROBRÁS

A situação internacional - geopolítica do petróleo - continua complicada. Os EUA, que têm uma reserva de 30 bilhões de barris, incluindo os BOE do "Shale gás", consomem cerca de 10 bilhões por ano, sendo 8 bilhões internamente e 2 bilhões em suas bases militares e corporações pelo mundo. A busca deles pelo petróleo é dramática. Exemplo bem característico é a reativação da 4ª frota naval pelos EUA que, segundo o ex-presidente George W. Bush visou proteger o Atlântico Sul. Como nesta área só tem o Brasil e a Argentina, e esta havia desnacionalizado o seu petróleo, a 4ª frota veio para "proteger" o Pré-sal, ou seja, veio pressionar o Governo Brasileiro para manter o entreguismo da Lei 9478/97, de FHC. Há controvérsias sobre o "Shale gas"

O cartel internacional do petróleo, que já foi detentor de 90% das reservas mundiais, hoje possui menos de 5% delas, suas empresas também se encontram numa enorme insegurança energética. É outra poderosa fonte a pressionar os poderes do Brasil para impedir as melhorias em nossa legislação. O Wikileaks mostrou telegramas que explicitam a pressão contra os três Poderes Nacionais exercida pelo cartel através dos: IBP, ONIP, FIESP e a grande mídia.

A AEPET tem enfrentado esse cartel no Congresso Nacional. Como ele não conseguiu impedir a mudança do contrato de concessão para Contrato de Partilha, que retoma a propriedade do petróleo para a União, parte para derrubar a nova lei, com os projetos de Lei 415/2012 e 4973/13 O primeiro do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), restabelecer o regime de outorga de concessão como único para regular a exploração e produção de petróleo no Brasil. O segundo, do Deputado Federal Raul Henry (PMDB-PE), retira a obrigatoriedade da Petrobrás ser a operadora única e ter que participar com, no mínimo, 30% no consócio de cada bloco exploratório.

Agora está para ser efetivado um novo escândalo pela ANP: por conta da cessão onerosa a União cedeu à Petrobrás os blocos de Franco, Libra e dois outros, onde ela deveria descobrir os 5 bilhões de barris para efetivar a sua capitalização. Ocorreu que, no campo de Franco ela encontrou reservas de cerca de 9 bilhões de barris. No campo de Libra, a perfuração e os testes iniciais apontam uma reserva da ordem de 15 bilhões de barris. O correto é que a ANP, baseada na nova Lei do petróleo a 12351, entregue os dois blocos para a Petrobrás explorar. Pelo artigo 12º da Lei, as áreas estratégicas serão entregues a ela sem leilão. Áreas estratégicas são regiões de interesse nacional delimitadas pelo poder executivo, caracterizadas pelo baixo risco exploratório e elevado potencial de produção. Libra é o protótipo dessa definição. Mas o que pensa a ANP?

Segundo a diretora Magda Chambriard, a ANP retirou Libra da cessão onerosa e vai leiloar essa área. Questionamos: "isto é leiloar petróleo já descoberto e não área de possível descoberta. Quais serão os critérios para leiloar campo já descoberto? Não vemos sentido". "Ainda estamos estudando o que fazer. Mas esta será a grande atração dos leilões", respondeu a atual diretora geral.

Ora, se fazer leilões não tem sentido, muito menos tem sentido leiloar uma área já descoberta e altamente produtiva. Perderia muito o Brasil. Tudo isto é fruto da pressão do lobby sobre todos os poderes. A AEPET tem feito o seu papel de defender a empresa, mas a Petrobrás tem que se defender, pois além do interesse nacional está em jogo o interesse do acionista minoritário.



É extremamente importante que a Petrobrás - agora considerada a oitava maior empresa do mundo - seja preservada como empresa brasileira líder no setor de energia, geradora de tecnologia de ponta e que, sob controle do Estado, incentiva as universidades e empresas nacionais a desenvolver e implantar os projetos no Brasil, consolidando tecnologias e gerando impostos que sirvam para serem alocados pelo governo federal, em seus programas sociais. A Companhia chegou a viabilizar 5.000 empresas fornecedoras de equipamentos de petróleo e a comprar 95% dos bens no mercado nacional, dessas empresas brasileiras. Collor e FHC desmontaram mais de 90% dessas empresas, criadas com o apoio e a tecnologia repassada pela Petrobrás. É Preciso retomar esta estratégia para o desenvolvimento sustentado do Brasil. É uma das missões da Petrobrás.

Recentemente, a AEPET foi convidada para uma audiência pública na câmara de vereadores de Natal - RN. O assunto era campos maduros e havia o *lobby* da ABPIP - Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo - para que lhes fossem entregues os campos maduros em operação pela Petrobrás. Investigando essa associação a AEPET descobriu: das 18 empresas associadas, 14 são multinacionais, incluindo a americana EL Paso, uma pertencente ao antigo cartel das 7 irmãs

3. AS AMEAÇAS INTERNAS À PETROBRÁS

Coincidências preocupantes com o período Reichstul tem gerado apreensões na AEPET:

Nos tempos de Philip Reichstul, o planejamento estratégico foi entregue à empresa americana Arthur D Little, o que redundou numa ida desastrosa para o exterior, além do maior índice de acidentes da história da companhia. Agora temos a comandar a estratégia da companhia, não uma, mas duas empresas americanas: a Price Waterhouse no planejamento estratégico e a Boston Consulting Group - BCG no planejamento tático operacional, que expande seus tentáculos por toda a Petrobrás. Temos então duas raposas num único galinheiro.

A coincidência ideológica se mostra também com a reintrodução de outra preciosidade do ideário da época tucana: no PN-2012-2016 - a venda de ativos, agora com o pomposo nome de desinvestimentos e focada em unidades da companhia aqui e no exterior. À época do anúncio se antecipou o propósito de vender ativos no exterior que somariam cerca de US\$ 14,4 bilhões, mas até agora, o único negócio feito foi com a OGX, do Sr Eike Batista, vendendo-se os campos de Atlanta e Oliva na Bacia de Campos! Vendeu-se reserva de petróleo a um especulador desacreditado, que construiu sua empresa de petróleo cooptando técnicos da Petrobras para lhe transferir dados estratégicos.

Assim, uma diretriz temerária implantada pela atual gestão, que contribuiu para o não atingimento da "meta de produção realista" em 2012, foi a política de "vazamento zero de óleo". A relevância exacerbada dada a esta meta, incluindo reportar à Presidência da Petrobrás qualquer gota de óleo vazada, intimidou iniciativas e ampliou sobremaneira a burocracia interna na tomada de decisão das operações. Apesar disto, ao contrário do pretendido, houve um aumento do volume de óleo vazado em 2012.

A opção centralizadora e burocrática escolhido pela atual gestão, cujo o ícone é a "Curva S" faz com que a empresa se arraste na tomada de decisão tanto em questões estratégicas, como operacionais.



Processos originados nas diretorias específicas que historicamente eram pautadas para apreciação coletiva na Diretoria Executiva, sob a direção do Presidente da Companhia, passam agora pelo crivo da Gerência Executiva de Desempenho Empresarial. É duvidosa tamanha onipotência e onisciência de qualquer executivo para filtrar com celeridade e precisão os complexos e diversificados assuntos técnicos incluídos na pauta semanal da Diretoria Executiva da Petrobrás. Certo é que desde a introdução desta rotina, dobrou o prazo para o trâmite das decisões na Companhia. Este tempo perdido custará caro à empresa, aos seus acionistas e ao Brasil em médio e longo prazos.

Noutro extremo, a burocracia avança nas formalidades exigindo padronização no tamanho e forma da letra dos documentos que circulam internamente, e curvas "S" até para investimentos em projetos sociais de pouca monta.

A macroencefalia administrativa burocrática vai avançando sobre a atividade produtiva, fazendo parecer justificável ampliar as terceirizações de serviços antes feitos pela Petrobrás, tornando a estatal mais vulnerável e dependente de empresas contratadas, a maioria delas com seus centros de decisão no exterior. Assim, a empresa atingiu uma das maiores perdas de produção de sua história.

4. REFINARIA DE PASADENA

As informações ora fornecidas pela Petrobrás sobre a Refinaria de Pasadena, nos EUA, causaram profunda preocupação. Desde a sua aquisição (a AEPET questionou o diretor Cerveró por ocasião dessa compra), o negócio traz sérias dúvidas sobre sua oportunidade e rentabilidade.

A direção da companhia tem o dever de divulgar relatório detalhado sobre o assunto aos seus acionistas, inclusive a oferta de garantia de rendimento de 6,9% a.a. ao sócio, e, em caso de constatação de dano deliberado à Petrobrás, punir os verdadeiros responsáveis.

5. RNEST e COMPERJ

A Refinaria do Nordeste (RNEST) deve despender na sua construção valor muito superior ao previsto no seu Estudo de Viabilidade Técnico Econômico (EVTE). No nosso entender, o seu planejamento e execução (como a terraplenagem). tiveram diversas falhas:

Planejamento de prazos de projeto, construção e montagem menores que os recomendados pelo seu corpo técnico. Fabricantes tradicionais de equipamentos críticos foram substituídos por outros sem experiência comprovada, localizados principalmente na Índia, por supostamente, atenderem aos prazos exigidos. Resultado: equipamentos de má qualidade, prazos não atendidos e custos superiores. Eis algumas falhas:

- a) Momento escolhido para início do empreendimento com o mercado internacional e nacional aquecidos, com prazos de entrega e custos mais elevados.
- b) Utilização de empresas EPCistas, responsáveis pelo projeto de engenharia, suprimento e montagem foi a principal razão dos altos custos. Estes consórcios em sua grande maioria não tem familiaridade com projetos industriais, sendo



construtoras de estradas, barragens, estádios e prédios públicos. O Clube de Engenharia, em manifesto em defesa das empresas genuinamente brasileiras, no final de 2011, defendia *"Restringir a contratação de empreendimentos no formato EPC (Engineering, Procurement and Construction), pois vinculam as projetistas aos fabricantes e montadores, tolhendo-lhes a necessária independência intelectual e profissional."*

Tradicionalmente a Petrobrás contrata empresas especializadas para o projeto de detalhamento e construção e montagem, adquirindo ela própria os equipamentos. Colocar todas estas atividades num mesmo contrato eleva custos, reduz qualidade e dá um poder desmesurado ao consórcio para superdimensionar equipamentos, renegociar aditivos, sob a pressão de atraso na entrega das instalações.

- a) Nas décadas de 1960-70, a Petrobrás construiu refinarias e grandes instalações industriais, com um parque de fabricantes nacionais inferior ao atual, com custos, prazos e qualidade bem melhores.

6. REFINARIAS PREMIUM I E II

Os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica das refinarias PREMIUM I (Maranhão) e II (Ceará) necessitam ser refeitos, pois foram efetuados sob uma conjuntura de exportação de derivados. Com a retração do mercado internacional em 2008 e o aumento da demanda interna, este cenário mudou e as localizações, capacidade e perfil de refino necessitam ser reavaliados.

O projeto atual, contratado com a UOP, em detrimento do projeto básico interno, passa por uma fase de revisão, visto que seu custo de implantação estimado supera o planejado; o terreno e a logística não são os mais adequados. Aqui, mais uma vez, os custos da EPCistas foram o fator fundamental.

Nunca é demais lembrar que a implantação de uma refinaria é uma atividade de alto custo e complexidade, com rentabilidade reduzida, devendo ser cuidadosamente planejada para que prazo e custo adicionais não sejam necessários.

7. VENDA DE ATIVOS - DESINVESTIMENTO

O Programa de Venda de Ativos da Petrobrás foi criado sob a justificativa de gerar recursos para investir em áreas prioritárias como o pré-sal e novas refinarias.

O elevado valor do Plano de Negócios da companhia decorre da decisão equivocada de produzir petróleo num ritmo muito superior às necessidades de abastecimento e de produção adequada à estratégia do país. É importante lembrar que a Petrobrás já descobriu mais de 50 bilhões de barris no pré-sal não havendo razão de ter pressa para explorar novos campos em curto e médio prazos e nem de produzir a toque de caixa. Ainda que fosse considerada adequada a venda de algum ativo, o momento de recessão no mundo e o anúncio feito de forma intempestiva pela direção da companhia só tendem a desvalorizá-los. O bom senso recomenda que este programa seja sustado.



8. COMPRA DE PROJETOS E CONSULTORIAS NO EXTERIOR

A Petrobrás está retrocedendo à década de 1960 quando comprava seus projetos de companhias internacionais, no regime de chave-na-mão ("turn-key"), onde a instalação era entregue pronta para operar.

Desde o início da década de 1970, a companhia criou sua engenharia básica e passou a fazer seus projetos, incorporando a tecnologia da pesquisa do CENPES, às inovações e melhorias das unidades operacionais.

No projeto básico, que ocupa menos de dez por cento das horas de projeto, são tomadas decisões que resultarão em compras no país ou no exterior, no direcionamento para um grupo de empresas detentora de determinada tecnologia e equipamentos e na eficiência e custos das unidades.

Infelizmente, as diretorias de Engenharia, Abastecimento e E&P vêm privilegiando a contratação de projetos e pacotes fechados no exterior, sob a justificativa de menores custos e rapidez na implantação. O resultado é o oposto do propagandeado, com partidas e operação problemáticas, equipamentos e instalações com qualidade inferior e custos e prazos elevados. Os problemas destes projetos acabam por ser resolvidos pelo corpo técnico da Petrobrás, pois os consórcios desmobilizam suas equipes tão logo terminam os empreendimentos.

As consultorias para qualquer problema que ocorre são contratadas com empresas como a americana Mustang. Como se comenta no meio do corpo técnico, não se medem despesas para se fazer economia.

9. AS AMEAÇAS INTERNAS À PETROBRÁS

A criação da ilegal tabela congelada, com a cumplicidade da direção da PETROS, fraudando os reajustes dos benefícios dos aposentados é uma estratégia equivocada. A RMNR, idem. A mudança no PCAC - Plano de Carreira e Avaliação de Cargos, tornando-o uma colcha de retalhos, destruiu sua função de estruturar as carreiras como um dos objetivos estratégicos da Companhia. O aprofundamento da remuneração variável incluindo a PLR como uma estratégia de iludir os ativos que também leva ao achatamento dos seus salários. E exacerba a divisão entre ativos e aposentados. Hoje o salário inicial da Petrobrás continua sendo menor que a metade do salário inicial das sete maiores estatais brasileiras. A PREVIC, a sétima, fez concurso de seleção e o seu salário inicial oferecido foi, em 2011, de R\$ 10.900 contra R\$ 5.400 da Petrobrás. O fato é tão grave que o salário inicial de engenheiro da Petrobrás ficou abaixo do salário mínimo legal da categoria. Novamente, uma demanda apresentada à Gerência Executiva de Recursos Humanos que foi ignorada. O assédio moral pela Repactuação fez com que os empregados ativos tomassem conhecimento da covardia com os aposentados e com eles próprios, e estão revendo as suas aspirações, fazendo com que a companhia possa vir a perder o seu alto investimento em treinamento de pessoal.

Esses, senhora presidente, são alguns dos fatos graves que precisam ser corrigidos. Sugerimos como acionista minoritário uma ampla reformulação do planejamento estratégico da Companhia. A começar pela rejeição das propostas do Price Waterhouse e uma



redefinição da Estratégia global e da Política de Recursos Humanos adequando-a aos níveis de responsabilidade ora destinados e assumidos por ela.

Evita-se assim que a Petrobrás se torne uma escola de técnicos para as suas concorrentes. Sugerimos também ampla reformulação da política previdenciária. Ambas deletérias à retenção de técnicos. Não se pode implementar um plano contra a Companhia. Busca-se recolocar a excelência da contribuição, dedicação e lealdade de seu pessoal como fator crítico de sucesso da Petrobrás, coerente com o princípio de que os Recursos Humanos, são o maior Patrimônio para a perenidade de uma Empresa. Na Petrobrás eles são responsáveis pelo seu reconhecimento internacional.

10. A SITUAÇÃO DA PETROS

Como é do conhecimento da direção da Petrobrás, temos severas críticas ao desenvolvimento da política previdenciária. Com conhecimento de causa, pois quatro conselheiros eleitos são dirigentes da nossa entidade. Como não foi possível alterar este quadro pelo diálogo, tivemos que em alguns casos, recorrer à justiça, pois no nosso entendimento, ele prejudica os empregados ativos e aposentados e a própria Companhia.

Desde o Governo FHC, passando pelo Governo Lula, diversas ilegalidades vêm sendo cometidas na Petros. Vejamos alguns exemplos:

10.1) Diz a legislação: "os fundos de pensão devem ser organizados como entidades sem fins lucrativos..." Mas a Petros tem atuado no sentido de busca absoluta de lucratividade tendo até criado um multipatrocínio pernicioso para seus beneficiários, que já trouxe, desde 2001, um prejuízo de R\$200 milhões ao Fundo Administrativo dos Planos Petros BD e Petros-2. Em nome dessa busca de rentabilidade, a principal ação tem sido via achatamento dos benefícios dos assistidos e pensionistas por meio de fraudes salariais prejudicando os interesses que ela, por lei, tem o dever de defender.

Frauda inclusive o regulamento do plano de benefícios no seu artigo 41 que estabelece a paridade entre salário dos ativos e benefício dos aposentados e pensionistas.

10.2) Pela legislação dos fundos de pensão, não é permitido empréstimo aos patrocinadores de um plano. Mas a Petros, em 2008, fez um empréstimo de cerca de R\$ 5 bilhões à Petrobrás por um prazo de 20 anos com o pagamento apenas dos juros no período. Trata-se do AOR, onde houve um acordo entre Petrobrás, Petros e FUP, em que a patrocinadora reconheceu parte de uma dívida na ACP e propôs pagar 20 anos depois. Como a Petros e a FUP são submissos à patrocinadora, aceitaram assinar esse acordo afrontando a Lei.

10.3) O plano Petros foi fechado por um ato absolutamente ilegal do presidente Francisco Gros e aceito pela Petros. Assim se impediu, ilegalmente, que cerca de 20.000 novos empregados tivessem acesso ao melhor plano da Companhia e um dos melhores de mundo.

Desta forma está sendo neutralizada uma das maiores ferramentas de RH da

Petrobrás na retenção de talentos e do sentimento de vestir a camisa da Companhia por parte de seus empregados: o Plano PETROS de Benefício Definido (BD), o único que é previdenciário.



Foram esses fatos que levaram o presidente Gabrielli a fazer no seu discurso de despedida, constrangido, um mea culpa sobre essas atitudes contrárias ao interesse de todos.

- 10.4) "É preciso sempre lembrar que os recursos aplicados pelo fundo de pensão pertencem aos seus participantes e assistidos do plano de previdência..." SPC maio de 2006. A Petros tem atuado contra os participantes gerando ações que lhe custam mais de R\$ 20 milhões por ano, sem falar nos custos incorridos pelos participantes/assistidos na busca de seus legítimos direitos contratuais. O mais grave: há aposentados e pensionistas que desconhecem seus direitos e não chegam a cogitar de buscá-los na justiça. Isto aumenta a gravidade da covardia.
- 10.5) Há uma resistência muito grande em se garantir a paridade de gestão na PETROS, conforme já é critério legal e cuja decisão é basicamente dependente da vontade política das patrocinadoras, notadamente a PETROBRÁS. A paridade de gestão é um clamor que reafirmamos diante da atual presidente da companhia, no sentido de cumprimento da legislação e de verdadeira tranquilidade aos participantes da PETROS.

Assim, reiteramos que a Petrobrás e a PETROS eliminem essas ilegalidades, inclusive restaurando para os mais de 20.000 empregados admitidos no período de agosto de 2002 a 26 de março de 2006, o direito legal de optar entre o Plano PETROS e o PETROS 2. E ponham fim às fraudes salariais para achatar salários e benefícios fragilizando a Companhia.

11. ELIMINAÇÃO DAS DIVISÕES DISCRIMINATÓRIAS

Também reiteramos a solicitação da eliminação do limite de salário de contribuição do pessoal que entrou na companhia após 1982, por ser uma discriminação absurda e injustificada que leva um contingente da maior competência e experiência a uma insatisfação desnecessária com a nossa grande companhia. O decreto que fixou o limite foi extinto. Não tem sentido. Também o pessoal 78/79 é discriminado no tempo de aposentadoria. Essa divisão da Empresa em classes só interessa às empresas concorrentes internacionais de países que, por cobiçarem o nosso petróleo, querem enfraquecer a Petrobrás. Não podem ser esquecidos os direitos dos trabalhadores anistiados que têm que ter sua situação previdencial revista em nome da Justiça.

12. A TERCEIRIZAÇÃO

A terceirização atingiu um nível tão elevado e perigoso que pode destruir a Petrobrás. É um número impensável, senhora Presidente, mais de 300.000 trabalhadores, boa parte sem treinamento adequado, sem respeito aos seus direitos sociais. Parte deles está trabalhando em atividades fins e estratégicas, o que é ilegal. Até na área de pesquisas do CENPES eles estão. O Ministério Público do Trabalho está processando a Petrobrás contra essa terceirização.

A terceirização põe em risco o futuro da Empresa, pela perda de sua autonomia e capacidade de controle sobre seu destino e possibilitando o nepotismo e o compadrismo. Além de menor capacitação das pessoas essa diretriz deveria nortear a escolha das áreas



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

passíveis de terceirização, e o nível em cada uma, observando a legislação brasileira em vigor que proíbe a atividade em áreas fins e estratégicas.

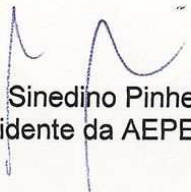
Reiteramos ainda, senhora presidente, que a diretoria nos deve uma informação sobre os mecanismos escaladores referentes à troca de ativos com a Repsol. A Petrobrás recebeu ativos desta empresa, que perderam mais de 50% do seu valor, três dias depois do acordo firmado. Pelo contrato e os mecanismos citados, a empresa deveria reembolsar a Petrobrás. Como acionista gostaríamos de ser esclarecidos: **O ressarcimento foi feito?**

CONCLUSÕES

Estas e demais preocupações citadas, que temos transmitido por carta, são questões relevantes para a sobrevivência tecnológica da Companhia e que necessitam de urgente revisão, caso contrário, a Petrobrás terá muita dificuldade de enfrentar a concorrência, muitas vezes desleal, da indústria internacional do petróleo.

A Petrobrás tem sido alvo do lobby internacional tentando impedi-la de defender a tecnologia e o interesse nacional; de ser a operadora única do pré-sal e de impedir o desenvolvimento das empresas genuinamente nacionais. As mudanças no período neoliberal tornaram inviáveis cerca de 5.000 fornecedores de equipamentos de petróleo e 3.000 prestadoras de serviço (projeto, inspeção e manutenção). É preciso retomar essa política estratégica.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2013


Silvio Sinedino Pinheiro
Presidente da AEPET

PETROBRAS

AGO AGE

Data: 29/4/13

A Mesa atesta o recebimento deste documento

Ass.: 